



A Promessa de Verdade da Objetividade Jornalística: A Herança Platônica na Conformação de um Modelo Único de Jornalismo¹

Victor Eduardo BRAGA²
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

Resumo

O artigo discute a promessa de verdade efetuada pelo jornalismo dito objetivo oriunda da vontade de verdade inerente a este tipo de discurso. Analisando as origens platônicas ensejadoras de nossa vontade de verdade, o texto tem como objetivo entender a relação entre esta vontade e a conformação de um modelo único de jornalismo. Percebendo o potencial manipulatório de uma promessa de verdade efetuada pela linguagem jornalística “objetiva”, miramos possíveis caminhos, no discurso jornalístico, para a proposta deleuziana de reversão do platonismo.

Palavras-Chave: jornalismo; objetividade; verdade; platonismo.

Introdução

Este artigo não tem a intenção de elucidar a ideia de verdade e nem pretende estabelecer uma definição precisa sobre os contornos da verdade jornalística³. Antes, tem como finalidade lançar um olhar sobre o caminho proposto pelo jornalismo para se chegar à verdade. Evidente que esta escolha, feita a partir da necessidade de se clarear o universo da *promessa de verdade*, não exclui as possibilidades de incursões filosófico-conceituais em torno da questão, mas pretende observar mais especificamente como esta promessa jornalística acaba por constituir-se em um poder cuja fonte é oriunda de nossa *vontade de verdade* - mesmo que a noção de verdade não seja expressa de maneira clara e conceitualmente definida pelo campo jornalístico.

Os próprios jornalistas nunca tiveram uma noção clara do que querem dizer com veracidade. Por sua própria natureza, o jornalismo é reativo e prático, não filosófico ou introspectivo. Não existe muita reflexão escrita dos jornalistas sobre esses assuntos e o pouco que existe não é lido pela maioria

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Professor do Curso de Comunicação Social da UFPB, email: victorbbraga@gmail.com

³ Como o fazem, de maneira criteriosa, Iliuska Coutinho em “O conceito de verdade e sua utilização no jornalismo” e Wilson Gomes em “A questão da verdade e o fato jornalístico”.



dos profissionais do ramo. As teorias do jornalismo ficam nas cabeças dos acadêmicos, e grande parte dos jornalistas sempre desvalorizou o ensino profissional (KOVACH & ROSENSTIEL apud COUTINHO, 2004 p.18)

A opção por não analisar em termos conceituais a verdade jornalística ocorre por percebermos que sua utilização retórica serve mais como escudo do que como alvo a ser atingido. O que queremos fazer é observar como se configura e que implicações têm a *promessa de verdade* efetuada pelo campo jornalístico. Mesmo que a noção de verdade não se apresente clara, o que claramente podemos perceber é a *vontade de verdade* inerente a este discurso e suas promessas. Sobre a *vontade de verdade* Michel Foucault afirma que

é dela sem dúvida que menos se fala. Como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria verdade em seu desenrolar necessário. E a razão disso é, talvez, esta: é que se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo senão o desejo e o poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõem a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la (1996, p.20)

A *vontade de verdade* é, no campo jornalístico, encampada pela *promessa de verdade do fato*, que jogando com a pretensa obviedade da proposta, nos deixa perceber um sentido subjacente: “Essa fórmula muito simples, exprime a convicção comum de que a verdade pode residir no discurso que é a notícia e que a verdade situa-se numa forma de adequação entre a notícia e o fato que se noticia” (GOMES, 1993, p. 6, grifo nosso).

Há por trás da promessa de verdade do fato, um profundo desejo do campo jornalístico de que sua técnica seja encarada como a maneira adequada de mostrar – e logo, de ver - o mundo. Nossa vontade de verdade, nos termos que se constituiu historicamente, só nos poderia ser saciada pela idéia de adequação - ou *representação adequada*. A promessa é de desvelamento, mas não simplesmente isso: a vontade de verdade no jornalismo traz, junto com a idéia de desvelamento, a proposta de que sua representação seja o jeito correto de se desvelar o fato. A adequação entre fato e notícia só seria possível através dos pressupostos da objetividade jornalística e fora disso só encontraríamos representações inadequadas à verdade do fato. A adequação imposta



pela vontade de verdade se transforma então numa promessa de mimese: “trata-se do conceito da informação-espelho, que exprime uma dualidade acontecimento-informação submetida ao ideal de sua mimese” (FRANÇA, 1998, pág 30).

Encarada por Foucault como sendo um dos três sistemas de exclusão – os outros dois seriam a *interdição* e a *restrição* – a *vontade de verdade* acaba por delimitar uma legitimidade coercitiva:

[...] creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro. (1996, p. 18)

Falar em *verdade* e não em *interpretações* sobre o fato sem dúvidas trás conseqüências. A proposta de verdade do fato, ainda mais em sua formulação no singular, nos impede de ver que o mesmo tem múltiplas interpretações - Nietzsche prefere mesmo colocar que são justamente os fatos que não existem, mas tão somente interpretações. É claro que não precisamos validar qualquer interpretação dada ao fato - como lembra Wilson Gomes, “o fato deve poder reger os parâmetros de sua própria interpretação”. Mas a proposta de que haja uma única interpretação correta – a tal *representação adequada* que acaba por transformar esta interpretação em verdade – é o resíduo mais cruel que faz do jornalismo este lugar de inquebrantável solenidade. É lógico que, sendo o fato regente de seus próprios parâmetros de interpretação, é vedada a possibilidade das interpretações serem infinitas, mas isto não significa que tenhamos que interpretá-lo de apenas uma única maneira. O exclusivismo gerado pela vontade de verdade é talvez o elemento mais definidor do tipo de poder que constitui o jornalismo a partir do momento em que elevamos a objetividade como seu valor primeiro – e o que também explica a ansiedade do campo em afirmar uma “teoria” que configure um modelo único de jornalismo.

Uma concepção de discurso como a colocada nestes termos – propriamente a *adequação* - nos indica a herança mais visível do platonismo:

[...] chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficiente e justo, de enunciação, *para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência*. Entre Hesíodo e Platão uma certa divisão se estabeleceu, separando o discurso verdadeiro e o discurso falso; separação nova visto que, doravante, o discurso verdadeiro não é mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso



ligado ao exercício do poder. O sofista é enxotado. *Essa divisão histórica deu sem dúvida sua forma geral à nossa vontade de saber* (FOUCAULT, 1996, p.14 e 15)

Para entender um pouco mais como a *vontade de verdade* constituiu este poder de hierarquização dos discursos (instituinto uma legitimidade na sua relação com o referente), precisamos olhar atentamente como se configura na cultura ocidental a concepção platônica que a fez emergir.

A Herança Platônica na Promessa Jornalística de Verdade do Fato

O platonismo, mais do que apenas propor uma separação entre essências e aparências, traz entranhado em sua lógica justamente esta pretensão: saber fazer esta diferença e ter enfim o poder de predizer algo como essência ou como aparência. Para Deleuze

Em termos muito gerais, o motivo da teoria das Idéias deve ser buscado do lado de uma vontade de selecionar, de filtrar. Trata-se de fazer a diferença. Distinguir a “coisa” mesma e suas imagens, o original e a cópia, o modelo e o simulacro. [...] O projeto platônico só aparece verdadeiramente quando nos reportamos ao método da divisão. (1998, pág.259).

Mais, portanto, do que dizer que há um “sol epistêmico”, a motivação do platonismo é instituir uma maneira correta de se chegar a este sol - a busca pela determinação da “Verdade” - o que é expresso, no *método da divisão* citado acima por Deleuze, e que discutiremos logo adiante. Antes, entretanto, é necessário contextualizar o platonismo e sua relação com o real.

O pensamento platônico a respeito de uma teoria do conhecimento nos é dado no livro VII de *A República*, na famosa *alegoria da caverna*.

Platão imagina uma caverna onde estão acorrentados os homens desde a infância, de tal forma que, não podendo se voltar para a entrada, apenas enxergam o fundo da caverna. Aí são projetadas as sombras das coisas que passam às suas costas, onde há uma fogueira. Se um desses homens conseguisse se soltar das correntes para contemplar à luz do dia os verdadeiros objetos, quando regressasse, relatando o que viu aos seus antigos companheiros, esses o tomariam por louco, não acreditando em suas palavras (ARANHA e MARTINS, 1993, PAG.95).



Esta é a explicação alegórica formulada por Platão para o discípulo Glauco a respeito de sua teoria das idéias, onde distingue o mundo sensível, dos fenômenos e o mundo inteligível, das idéias. A verdadeira realidade, para ele, era representada pelo mundo das idéias – na alegoria, o fora da caverna – onde estas seriam as próprias essências imutáveis das coisas. O mundo sensível – o dentro da caverna – por sua vez, seria apenas uma cópia degradada deste verdadeiro mundo. Platão “acreditava que cada espécie de coisa ordinária ou decadente corresponde também uma coisa perfeita, que não decai. Essa crença nas coisas perfeitas e imutáveis, costumeiramente chamada a *Teoria das Formas ou Idéias* tornou-se a doutrina central de sua filosofia” (POPPER, 1974, p.35) A verdade seria então a *essência*, que para Platão é una, imutável e intransitória enquanto a *aparência* seria apenas o simulacro, uma cópia degradada daquela essência verdadeira, justamente porque múltiplo, mutável e transitório. “Portanto acima do ilusório mundo sensível, há o mundo das idéias gerais, das essências imutáveis que o homem atinge pela contemplação e pela depuração dos enganos dos sentidos” (ARANHA e MARTINS, p.96, 1993). A verdade não estaria então na coisa, mas na essência da coisa: “a verdade agora está além das estrelas, no sol epistêmico, na Idéia que nos permite perceber as coisas como elas são na sua essência” (MACHADO, 2002, p.30).

Arlindo Machado, em *Pré-cinemas e Pós-cinemas*, lembra da constante comparação feita por pensadores entre a caverna de Platão e o dispositivo de projeção cinematográfico. Situada “nessa zona limítrofe que separa a aparência da essência” a caverna de Platão “é o lugar onde acontece tudo o que é divergente ou excêntrico, tudo o que se opõe à finalidade superior, espécie de negativo da ordem, que ameaça corroer a Idéia com sua louca emergência” (2002, p.30). Para Machado, se tomarmos a caverna como um dispositivo proto-cinematográfico, Platão pode ser comparado a um lanterna:

Platão desempenha em relação à caverna o papel de lanterna, no duplo sentido da palavra. De um lado, ele é o portador da luz – essa luz que emerge no ocidente como a metáfora do conhecimento e da razão. A ele cabe iluminar o caminho daqueles que estão imersos nas trevas, conduzi-los aos seus assentos ou guiá-los para fora da caverna. Representante da transcendência, da idéia do bem, o lanterna está imbuído de uma missão pedagógica: conduzir o prisioneiro que se libertou, por sucessivos estágios de clarividência, até o foco solar, quando então ele já não necessitará da luz tênue de sua lanterna. Ao mesmo tempo, Platão aparece também como lanterna num outro sentido. *A ele cabe vigiar a sala escura, surpreendendo com sua luz a alucinação que toma conta dos prisioneiros,*



um pouco como o lanterninha moderno, que flagra os amantes se tocando ou o solitário se masturbando. O lanterninha é também aquele que cumpre uma função ordenadora e civilizatória dentro da caverna, aquele cuja proximidade todos temem, por ameaçar o encantamento da sala escura com sua intenção desveladora (MACHADO, 2002, p.30, grifo nosso).

Aqui – para analisarmos mais detalhadamente a semelhança observada por Arlindo Machado entre a vontade ordenadora de Platão e a de um lanterninha de cinema - retomamos a citação de Deleuze feita no início quando ele afirma que “o método platônico só aparece verdadeiramente quando nos reportamos ao método da divisão” (1998, p.259). A vontade de ordenar, de predizer, de julgar o correto é que para Deleuze se configura como a real motivação do platonismo – a proposta de um método ordenador é o próprio poder. Tal método tem por objetivo, ainda segundo Deleuze, *selecionar linhagens*: “distinguir os pretendentes, distinguir o puro e o impuro, o autêntico e o inautêntico” (DELEUZE, 1998, p. 260). A vontade de verdade impõe então uma divisão ordenadora onde um dos termos desta divisão acaba sempre se sobrepondo ao outro, aniquilando-o. Esta dialética platônica serviria, por fim, para apontar o “falso” e o “verdadeiro”: “A dialética platônica não é uma dialética da contradição nem da contrariedade, mas uma dialética da rivalidade, uma dialética dos rivais ou dos pretendentes.[...] Filtrar as pretensões, distinguir os verdadeiros pretendentes dos falsos” (DELEUZE, 1998, p.260). A motivação do platonismo está então em instituir um caminho para a verdade.

Para concretizar sua dialética, Platão cria um método – o método da divisão – onde o processo de conhecimento se constitui numa superação da retórica dos sofistas “num esforço espiritual que purifica a alma no rumo do conhecimento da essência” (RECH, p.11). Para Marilena Chauí,

com a dialética, Platão inaugura no pensamento ocidental a idéia da razão como atividade intelectual ou ciência. Ascendente ou descendente, a dialética é *um método de determinação do indeterminado* e de apreensão intelectual da essência como idéia complexa ou composta de outras. A razão conquista a ciência examinando uma a uma e, sob a forma de pares de contrários ou opostos, as qualidades e propriedades atribuídas a alguma coisa. Separando e unindo qualidades, a dialética purifica a essência, liberando-a de toda contradição interna para apreendê-la em sua identidade real. (CHAUÍ apud RECH, 2002, p.284 grifo nosso).

Platão pretende então instituir o jeito correto de se vislumbrar este conhecimento verdadeiro, onde se chegaria perto da essência da coisa. Embora Platão



nos diga que a verdade seja impossível de se alcançar em sua plenitude - pois estaria no mundo inteligível - poderíamos muito bem exercer um conhecimento onde se represente esta verdade da maneira mais fiel possível produzindo então “cópias autênticas” ao invés de “simulacros” – qualquer semelhança com a idéia presente no campo jornalístico de que a “objetividade total é difícil mas podemos chegar bem perto”, não é mera coincidência.

Através do método da pesca, Platão dá uma mostra de como seria praticado este conhecimento verdadeiro, onde sempre o termo ‘falso’ – o *simulacro* - é subsumido e descreditado pelo termo ‘verdadeiro’ – a *cópia autêntica*. Para se tentar chegar a “forma verdadeira” da pesca, Platão vai dividindo este estado da arte ideal sempre em dois termos, colocando de um lado a linhagem falsa e do outro a verdadeira. Então da pesca ideal, Platão a divide em: pesca vulnerante feita através de redes e pesca por luta. Considerando a pesca vulnerante como falsa – pois injusta, para Platão – aceita-se a pesca por luta como a verdadeira pesca. Continuando a divisão, a pesca por luta é desdobrada em pesca por fisga de tração descendente – a que golpeia de cima para baixo – e a pesca por fisga de tração ascendente – a que golpeia de baixo pra cima. Considerando esta última como a cópia autêntica, Platão a nomeia aspaliêutica, ou pesca por anzol. Esta seria então a maneira correta de se pescar, sua forma adequada à verdade, enquanto a pesca por lança seria apenas um simulacro, uma cópia degradada da verdadeira pesca.

As cópias são possuidoras em segundo lugar, pretendentes bem fundados, garantidos pela semelhança (da idéia); os simulacros são como os falsos pretendentes, construídos a partir de uma dissimilitude, implicando uma perversão e um desvios essenciais [...] (o método da divisão platônica) trata de assegurar o triunfo das cópias sobre os simulacros, de recalcar os simulacros, de mantê-los encadeados no fundo, de impedi-los de subir à superfície e de se insinuar por toda parte (DELEUZE, 1998, p. 262).

A vontade de *representação adequada* seria então o que liga o jornalismo dito objetivo ao platonismo. A adequação se daria por um espelhamento do real já que a “boa” representação – a adequada - estaria determinada exclusivamente pela essência do objeto – o que acaba por impor uma dissociação deste para com o sujeito que observa -, enquanto qualquer outro tipo de representação que explicitasse sua construção “contaminada” por um ponto de vista particular e subjetivo, não seria mais do que uma cópia degradada da essência – da verdade portanto – do fato. Construção e opinião



relegadas a simulacro enquanto espelhamento e neutralidade elevados a condição de cópia autêntica, adequada à verdade dos fatos.

Se a filosofia platônica e o jornalismo propõem uma verdade única, intransitória e permanente, acabam também por nos impor um caminho único para que se chegue a ela, ou seja, o caminho verdadeiro. A promessa de adequação à verdade pode então ser mais nefasta do que imaginamos, pois a considerando única e imutável, exclui-se toda e qualquer forma de representação divergente. Stella Senra, abordando a pretensão de objetividade do jornalismo mostra que “os pressupostos por meio dos quais a imprensa garante o acesso ao mundo” são baseados sempre na promessa de espelhamento: o jornalismo promete que o rigor de seu método objetivo é “capaz de ver certo” (SENRA, 1997, p. 162). Isto demonstra enfim a herança platônica no campo jornalístico, quando ele propõe que existiria um, e apenas um, caminho para a verdade pois só existiria um mundo ‘verdadeiro’. Mas, a “notícia – relato jornalístico de acontecimentos tidos como relevantes para a compreensão do cotidiano – é propriamente uma forma narrativa, ou seja, um modo específico de se contar uma história” (SODRÉ, 1996, p.132). Pretender apenas uma maneira ‘verdadeira’ de contar a história talvez seja a maior prepotência do discurso jornalístico: esquece-se que para cada história que é contada muitas outras - de igual validade - são descartadas (BIRD E DARDENNE, 1999, p. 277). A *verdade* para o jornalismo – assim como no platonismo – viria então antes da *liberdade*, como se a um suposto caos e desordem desta se sobrepusesse uma pretensa ordenação efetuada pela primeira:

De facto, Nietzsche mostrou que a imagem de uma realidade ordenada racionalmente com base num fundamento (a imagem que a metafísica teve sempre do mundo) é apenas um mito ‘tranquilizador’ próprio de uma humanidade ainda primitiva e bárbara: a metafísica é ainda uma forma violenta de reagir a uma situação de perigo e de violência; procura, de facto, apoderar-se da realidade com um ‘golpe de mão’, alcançando (ou imaginando alcançar) o princípio primeiro de que tudo depende (e assegurando-se assim ilusoriamente o domínio dos acontecimentos) (VATTIMO, 1992, p.13 e 14).

A vontade de verdade exposta pelo essencialismo platônico, paradoxalmente, fugindo do mito rumo a um conhecimento verdadeiro, acaba por a ele retornar mesmo que pela contramão, como dito acima por Gianni Vattimo. A noção de objetividade jornalística, expressão mais visível da vontade de verdade nos *media* não é senão que como um *colar de alhos* como bem colocou Gaye Tuchman, pois a despeito de sua racionalidade de pretensões científicas, funciona mesmo como um ritual: “atacados



devido a uma controversa apresentação de ‘factos’, os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos” (TUCHMAN, 1999, pág.75).

A vontade de verdade como um sistema de exclusão, afirmado por Foucault, negligenciando que as representações ensejadas por ela são construções humanas, acaba por querer fazer a diferença, no caso do jornalismo, entre construção e espelhamento. Relegando como construção todas as representações que deixam transparecer a subjetividade – que como sabemos, é inerente a qualquer discurso – o jornalismo evoca para si a condição de espelhamento, como se tivesse a condição de fazê-lo. Aos discursos ficcionais, por exemplo, toda carga de inautenticidade lhes é jogada pelo discurso jornalístico: a notícia espelharia o real, enquanto uma crônica, por exemplo, o estaria construindo. Esquecendo-se ou fingindo esquecer que todo discurso é uma *construção* determinada por constrangimentos históricos, culturais, ideológicos etc..., o jornalismo ainda assim se promete como o espelho neutro do mundo. A ficção, por exemplo, ou qualquer outro tipo de discurso que explicita de antemão o seu caráter construído não estaria, para o campo jornalístico, legitimada como verdadeiro pretendente para representar o real.

Considerações Finais - O Imperialismo do Modelo Único de Jornalismo

Podemos perceber concretamente como a *vontade de verdade* se torna um sistema de exclusão e faz com que o jornalismo se apresente como um discurso imperial. Pretender que a adequação ao fato só venha por meio da “técnica neutra” da produção jornalística indica então a face imperialista muitas vezes percebida neste discurso pois, “um jornalismo que fosse a um só tempo objetivo, imparcial e verdadeiro excluiria toda outra forma de conhecimento, criando o objeto mitológico da sabedoria absoluta” (LAGE apud GENRO FILHO, 1989, p.132).

“Que sentido teria a liberdade de informação, ou mesmo apenas a existência de vários canais de rádio e de televisão, num mundo em que a norma fosse a reprodução exacta da realidade, a perfeita objetividade, a total identificação do mapa com o território?” (VATTIMO,1992, p.12 e 13). Se a realidade responde na língua em que é perguntada - já que o real é mudo e só pode ser expresso pelas linguagens que o tangenciam, “só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre



cada língua que pergunta (e) a tolerância discursiva é o outro lado da pluralidade metodológica” (SANTOS, 2003, p.77 e 78). A imposição de um discurso como sendo o correto nos traz os riscos de, em nome da preservação de uma essência, perdermos a capacidade de significarmos e descobrirmos o mundo em sua pluralidade.

A necessidade, gerada por nossa *vontade de verdade*, de um discurso específico e verdadeiro para dar conta da realidade cotidiana produz então uma sobrevalorização do jornalismo enquanto capacidade de dizer este real e também a aceitação de um modelo único de jornalismo – o “bom” jornalismo capaz de adequar a “verdade” à notícia, recalçando os traços subjetivos de quem mostra o objeto em favor da “essência” do mesmo - o que dota o jornalismo da mesma pretensão platônica de “filtrar os falsos pretendentes dos verdadeiros”: a “cópia perfeita” seria a representação da “essência” do objeto, o objeto puro, enquanto o “simulacro” apresentaria a “contaminação” de traços subjetivos no enunciado. Feita esta divisão, uma guerra se impõe: o “espelhamento” da cópia perfeita efetuada pela notícia contra a construção dos simulacros feita por discursos que produziriam um real “inautêntico”. A noção de objetividade no jornalismo acaba por propor que só através dela poderemos “ver certo”: “é a crença na sua capacidade em esposar esta suposta ‘espontaneidade’ do olhar que dá sustento à noção de objetividade jornalística” (SENRA, 1997, p. 138).

A proposta de espelhamento torna-se uma manipulação, pois negligenciando o lugar de construção da fala, impõe uma *interpretação* subjetiva como *verdade* inequívoca. A herança platônica no jornalismo dá escopo ao que este tipo de discurso tem de estruturalmente manipulatório.

reverter o platonismo significa então: fazer subir os simulacros, afirmar seus direitos entre os ícones ou as cópias. O problema não concerne mais à distinção essência-aparência, ou modelo-cópia. Esta distinção opera no mundo da representação; trata-se de introduzir a subversão neste mundo, ‘crepúsculo dos ídolos’. O simulacro não é uma cópia degradada, ele encerra uma potência positiva que nega tanto o original como a cópia, tanto o modelo como a reprodução (DELEUZE, 1998, p. 267).

A reversão do platonismo dentro do discurso jornalístico talvez seja a explicitação de seu caráter construído, fugindo da manipulação efetuada pelo ocultamento de sua mise-en-scène. Assumir que seus enunciados são interpretações – possíveis, não heurísticas e até mesmo precisas, é claro – mas não verdades inequívocas, nos tiraria da ilusão ingênua da promessa de objetividade, abrindo espaço para uma



pluralidade de métodos de representação, que revelariam o mundo não em sua suposta essência mas em sua inequívoca pluralidade.

Referencias Bibliográficas

ARANHA, M.; MARTINS, M. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993.

BIRD, S.. DARDENE, R. Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org) **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Tradução de Luís Manuel Dionísio. Lisboa: Veja, 1999, p. 236-277.

COUTINHO, Iluska. A busca por critérios editoriais em telejornalismo. <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/handle/1904/4396>

DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANÇA, Vera. **Jornalismo e Vida Social: a história emena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Brasília: Ortiz, 1989.

GOMES, WILSON. Verdade e perspectiva: a questão da verdade e o fato jornalístico. **Textos de Comunicação e Cultura**. Salvador, v. 29, p. 63 a 83, 1993.

MACHADO, Arlindo. **Pré-cinemas e pós-cinemas**. Campinas: Papirus, 2002.

POPPER, Karl Raimund. **A sociedade aberta e seus inimigos**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1987. 2v.

RECH, Pedro. Platão, a busca do justo, do Belo e do Bem http://cienciaeopinio.unicenp.edu.br/arquivos/cienciaeopinio/File/volume3/CienciaOpinio3_art2.pdf.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SENRA, Stella. **O último jornalista: imagens de cinema**. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.



SODRÉ, Muniz. **Reiventando a Cultura: comunicação e seus produtos**. Petrópolis: Vozes, 1996.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise da noção de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org) **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Tradução de Luís Manuel Dionísio. Lisboa: Veja, 1999, p. 74 a 90.

VATTIMO, Gianni. **A Sociedade Transparente**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.